



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 09/06/2016.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.

Siga as instruções:

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar o gabarito, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I

Professor: Érica Cristina Molina

Questão 01

(2010 – FCC - PGE-AM) Nas ações possessórias:

- (a) não se admite a cumulação de qualquer outro pedido de natureza pecuniária, salvo se o autor optar pelo procedimento ordinário.
- (b) o Juiz sempre mandará expedir mandado liminar de reintegração ou manutenção de posse, se o autor ajuizar a ação dentro de ano e dia desde o esbulho ou turbação.
- (c) o ajuizamento equivocado de ação de reintegração de posse em lugar de manutenção de posse implicará o indeferimento da petição inicial, salvo se, intimado, o autor a emendar no prazo de dez dias.
- (d) contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

Questão 02

(FCC - Procurador Legislativo) Fernando propõe ação de manutenção de posse contra Luiz, por esbulho possessório já ocorrido há sete meses; cumula ao pedido de desocupação da área requerimento de perdas e danos, pleiteando a manutenção liminarmente. Deverá o juiz, ao examinar a inicial:

- (a) Conhecer do pedido como reintegração de posse, por fungibilidade processual, admitir a cumulação com perdas e danos e examinar se estão presentes os requisitos para concessão liminar da reintegração, já que o esbulho ocorreu há menos de ano e dia.
- (b) Indeferir desde logo a inicial, pela formulação de pedido inadequado e cumulação incabível, caracterizando dois defeitos processuais simultâneos, não passíveis de regularização nos autos.
- (c) Conhecer do pedido como reintegração de posse, por fungibilidade processual, admitir a cumulação com perdas e danos mas não admitir o pedido liminar de reintegração, só possível quando o esbulho tenha ocorrido há menos de 180 dias.
- (d) Determinar a emenda da inicial para que o pedido seja formulado corretamente como reintegração de posse, em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial.

Questão 03

(2002 – FCC - MPE-PE) A Constituição Federal contempla uma figura de usucapião de área urbana que, diferentemente dos usucapiões ordinário e extraordinário do Código Civil, além de outros requisitos:

- (a) exige sua utilização para moradia do possuidor ou de sua família.
- (b) pode ser reconhecido ao possuidor, como direito, mais de uma vez.
- (c) tem por objeto imóveis públicos ou particulares.
- (d) não pode ser deferido a duas pessoas, salvo se forem marido e mulher.

Questão 04

(2015 - TCE-CE) Um agricultor, encontrando abandonado um imóvel rural pertencente ao Estado, onde funcionara um campo de experiências e pesquisas agropecuárias, nele passou a cultivar com sua família. Passados 20 anos, o Estado ajuizou ação reivindicatória, para reaver a posse do imóvel, com base em título de domínio. O agricultor, em contestação, alegou ter se tornado proprietário da área por usucapião, em virtude do lapso de tempo decorrido e do abandono do imóvel pelo Estado. A ação reivindicatória deverá ser julgada:

- (a) improcedente, porque o abandono da área implica a perda de sua função social.
- (b) procedente, porque aquela área não era passível de aquisição por usucapião.
- (c) procedente, exceto se por algum modo o estado haja interrompido a prescrição aquisitiva, antes de sua consumação.
- (d) improcedente, porque a área, desde que abandonada, passou à categoria de terra devoluta, passível de aquisição a qualquer título como bem particular.

Disciplina: Direito Administrativo II

Professor: Nelson R. Oberlander

Questão 05

Os denominados “gestores de negócio”, ou seja, aqueles que espontaneamente, assumem determinada função pública em momento de emergência, como epidemia, incêndio, enchente, etc., são considerados:

- a) agentes honoríficos;
- b) particulares em colaboração com o Poder Público;
- c) servidores públicos temporários;
- d) agentes delegados.

Questão 06

Integra o regime constitucional dos servidores públicos a regra segundo a qual:

- a) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por indivíduos que não ocupem cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- b) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, mediante autorização, em cada caso, da pessoa da Administração a que se vincule;
- c) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, de provas e títulos, ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

Questão 07

Agente público pode ser condenado por improbidade administrativa por ato que não importou enriquecimento ilícito nem causou prejuízo ao erário?

- a) sim, desde que o ato atente contra os princípios da Administração Pública.
- b) não, porque improbidade administrativa é considerada crime, com responsabilização objetiva do agente público;
- c) não, pela ausência de dano ao erário público;
- d) sim, ainda que o agente tenha agido de boa-fé e dentro da legalidade.

Questão 08

Os atos de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito:

- a) acarretam, ainda que culposamente, prejuízo ao erário;
- b) estão previstos, de forma exaustiva, no art. 9º da Lei de Improbidade;
- c) exigem ressarcimento integral de danos em todas as circunstâncias;
- d) não admitem a forma culposa.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V

Professor: Juliana Soller

Questão 09

João, réu primário, foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 10 anos, inicialmente no regime fechado, por ter praticado o crime de latrocínio, considerado crime hediondo. Acerca do benefício da progressão de regime é possível afirmar que João, progredirá quando cumprir:

- a) 3/5 da pena imposta, o que corresponde a seis anos;
- b) 1/6 da pena imposta, o que corresponde a 20 meses;
- c) 2/3 da pena imposta, o que corresponde a 80 meses;
- d) 2/5 da pena imposta, o que corresponde a 4 anos.

Questão 10

Acerca da regressão de regimes é INCORRETO afirmar:

- a) O rol legal que autoriza a regressão de regimes é taxativo, não podendo o juiz inovar tais hipóteses;
- b) Não há vedação legal à regressão de regime “*per saltum*”;
- c) O juiz da execução, antes de decretar a regressão de regime prisional em face do cometimento de falta grave ou crime doloso, deverá proceder com prévia oitiva do reeducando;
- d) Não será decretada a regressão de regime pelo cometimento de crime doloso.

Questão 11

A lei de execução penal prevê a possibilidade de remição penal, as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) A remição pelo trabalho será cabível para os presos do regime fechado e semi-aberto;
- b) Em caso de acidente de trabalho, o preso que fique impossibilitado de prosseguir no trabalho, continuará a se beneficiar da remição;
- c) Não é possível a cumulação dos casos de remição pelo trabalho e estudo, mesmo havendo compatibilidade de horário;
- d) A contagem de tempo será feita à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho.

Questão 12

De acordo com a lei de interceptação telefônica, assinale a alternativa correta:

- a) São requisitos das interceptações telefônicas: fins criminais, indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, indispensabilidade da interceptação telefônica, crimes punidos com reclusão, necessidade de indicação do crime e da pessoa que serão objeto da interceptação, ordem do juiz competente;
- b) A interceptação telefônica dispensa motivação para seu deferimento;
- c) A interceptação telefônica terá o prazo de 45 dias, sendo prorrogável por igual período;
- d) A interceptação telefônica é a captação da comunicação telefônica por 3º, com conhecimento de um dos comunicadores e desconhecimento do outro.

Disciplina: Direito do Consumidor

Professor: Ilídia Aparecida Silva

Questão 13

O fornecedor de serviços responde pelos vícios decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária. Nesse caso, o consumidor pode exigir:

- alternativamente e à escolha do consumidor, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; e a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- sucessivamente, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço.
- sucessivamente, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; e a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- alternativamente e à escolha do consumidor, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço.

Questão 14

João adquiriu, na Casa dos Eletroeletrônicos Ltda., um aparelho de televisão fabricado por Televisores S.A. Passados quarenta dias da aquisição, o produto não mais ligava, tendo João, então, contatado a assistência técnica e enviado o produto para reparo. Sem obter resposta acerca do conserto no prazo de trinta dias, João ajuizou ação condenatória contra o fabricante e o comerciante do aparelho de televisão. Em contradição, o comerciante argumentou que, para esse caso, não há, no CDC, previsão de sua responsabilidade.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- No caso, a responsabilidade do comerciante é subsidiária.
- O comerciante e o fornecedor são solidariamente responsáveis, pois se trata de “vício do produto”.
- A responsabilidade do comerciante terá de ser apurada mediante a verificação de culpa.
- O comerciante não será responsabilizado se provar não ter colocado o produto no mercado ou, ainda que o tenha colocado, a inexistência do defeito, além da culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

Questão 15

O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis caducará em:

- 07 dias.
- 30 dias.
- 90 dias.
- 120 dias.

Questão 16

Analise a situação a seguir.

Caio adquiriu, para sua casa, um aparelho de aquecimento solar fabricado e comercializado pela empresa Y. Logo após a instalação, Caio notou que as placas de captação de luz do equipamento não funcionavam, de forma tal que água de sua casa não era aquecida, motivo pelo qual fez contato com a empresa Y solicitando a solução do problema. Todavia, passados 40 dias do referido contato, a dita fornecedora não solucionou o defeito. Diante disso, Caio procurou o Defensor Público que, então, oficiou a fornecedora para informações sobre o caso. Por sua vez, a empresa Y em resposta ao ofício da Defensoria Pública, além de enviar cópia do contrato de adesão firmado com Caio, informou que o equipamento estava sendo reparado, de sorte que, nos termos da contratação feita, teria ela até 200 dias para solucionar o problema. Ao analisar o

contrato, o Defensor Público verifica que, realmente, existe uma cláusula estabelecendo tal prazo aduzido pela empresa, cláusula esta convencionada em separado das demais disposições contratuais e com expressa anuência de Caio sobre o seu conteúdo.

Considerando a narrativa acima, bem como o disposto na Lei nº 8.078/90, são dadas as proposições 1 e 2.

1. A Cláusula contratual aduzida pela empresa Y, estabelecendo um prazo de até 200 dias para solucionar vício de qualidade que tornava o aquecedor solar impróprio ou inadequado ao consumo a que se destinava, é nula ante a sistemática inaugurada pelo Código de Defesa do Consumidor.

PORQUE,

2. Nos termos do artigo 18, §1º da Lei nº 8.078/90, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, surge em favor do consumidor a faculdade de, alternativamente e à sua escolha, exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos ou, por fim, o abatimento proporcional do preço.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A proposição 1 é verdadeira e a proposição 2 é falsa.
- b) A proposição 1 é falsa e a proposição 2 é verdadeira.
- c) As proposições 1 e 2 são verdadeiras, sendo que a segunda justifica a primeira.
- d) As proposições 1 e 2 são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

Disciplina: Direito Processual Civil III

Professor: Christiano F. da Silva Vitagliano

Questão 17

Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado o magistrado poderá conhecer algumas matérias sem a necessidade de provocação das partes, ou seja, conhecer de ofício.

Quanto à afirmação acima é correto afirmar:

- a) Encontra consonância as hipóteses em que o magistrado verifica quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- b) Não se compatibiliza-se à afirmação com fenômeno da preempção.
- c) Em nome do princípio da inércia de jurisdição o magistrado para conhecer de qualquer matéria deve ser provocado, logo a afirmação é incorreta.
- d) Entendimento não pertinente ao pressuposto processual de existência.

Questão 18

O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes, bem como, ocorre quando não promove os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias.

Quanto à afirmação acima é correta afirmar:

- a) A primeira parte da afirmação é verdadeira, todavia pode abandonar a causa por trinta e cinco dias.
- b) É hipótese de sentença definitiva
- c) A desistência da ação tem pertinência com a afirmação pois também é caso de sentença terminativa, podendo ser apresentada até as razões finais.
- d) A sentença condizente às hipóteses da afirmação da questão pode sofrer o juízo de retratação.

Questão 19

A apelação é recurso ordinário utilizado nos processos de natureza civil, tendo por finalidade guerrear sentenças:

Quanto ao assunto, e conforme o novo CPC, é correto afirmar:

- a) Interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau.
- b) O juízo *a quo* exercerá o primeiro juízo de admissibilidade, e o juízo *ad quem*, o segundo.
- c) Cabe apelação das decisões interlocutórias
- d) A apelação que não conter o nome e qualificação das partes não será admitido, mesmo que conste nos autos a qualificação na exordial.

Questão 20

A apelação tem efeito devolutivo e suspensivo, todavia, em algumas hipóteses há exceções:

Quanto à afirmação acima é correto afirmar:

- a) Não tem efeito suspensivo quando a sentença confirma ou concede ou revoga tutela provisória
- b) Tem efeito suspensivo no caso de sentença condenatória de alimentos.
- c) Tem efeito suspensivo sentença homologatória de demarcação de terras
- d) Tem efeito suspensivo sentença que decreta interdição

Disciplina: OP II – Oratória e Comunicação
Jurídica

Professor: Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 21

No tocante aos métodos e técnicas de apresentação, tem como característica o meio mais rápido de transmitir uma porção de informações para grupos infinitamente grandes no mais curto tempo possível e seus principais requisitos são: perfeito conhecimento e perfeita preparação. **O texto está referindo:**

- a) () método da palestra;
- b) () método do debate;
- c) () método da demonstração;
- d) () método do problema.

Questão 22

No tocante às fases de uma apresentação, ao se preparar um discurso deve se ter em mente alguns elementos que caracterizam uma boa apresentação. Com base nesta afirmativa, analise as assertivas abaixo que contem tais elementos e em seguida marque a alternativa correta.

- I. Objetivo, organização e ênfase;
 - II. Simplicidade e definição de termos;
 - III. Participação e avaliação;
 - IV. Humor e controle.
- a) () há apenas uma assertiva correta.
 - b) () há apenas duas assertivas corretas.
 - c) () há apenas três assertivas corretas.
 - d) () todas as assertivas estão corretas.

Questão 23

É o tipo de ouvinte que finge estar ouvindo, enquanto na realidade está prestando atenção a alguma outra coisa. Sobre os hábitos mais comuns de quem não sabe ouvir, a afirmativa está referindo:

- a) () ao ouvinte “interruptor”;
- b) () ao ouvinte que acredita saber mais do que a pessoa que está falando,
- c) () ao ouvinte popular;
- d) () ao “pseudo ouvinte”.

Questão 24

De acordo com a retórica, o discurso pode ser dividido em cinco partes cruciais. Dentre essas partes há a que se refere na “expressão do conteúdo de acordo com o estilo apropriado”, ou seja, é a parte da:

- a) () disposição;
- b) () fixação;
- c) () elocução;
- d) () ação.